

**Discurso proferido pelo Procurador-Geral do Estado Dr.
FRANCESCO CONTE em sua cerimônia de posse de referido cargo**

Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Rosinha Garotinho, demais autoridades presentes a este ato, colegas Procuradores do Estado, queridos Servidores do Quadro de Apoio, minhas senhoras e meus senhores:

Aos 08 (oito) de janeiro de 1999, neste mesmo auditório, tive a honra de ser empossado no cargo de Procurador-Geral do Estado pelo então Governador Anthony Garotinho. Cinco anos passados, e, às vésperas de completar 20 (vinte) anos na carreira de Procurador do Estado, tenho a renovada alegria de ser reconduzido à Chefia desta Instituição que aprendi a amar e cuja valorosa história – permitam-me dizê-lo – tenho ajudado a escrever.

Portanto, primeiramente, gostaria de agradecer à Governadora Rosinha Garotinho pela distinção de ter-me escolhido para, no ano passado, ocupar a Chefia do Gabinete Civil do Governo do Estado e por agora me confiar a Chefia da Procuradoria Geral do Estado. A gratidão é a primeira das virtudes humanas: sinto-me grato, Senhora Governadora, não por sentimento de vaidade pessoal, mas pela possibilidade de continuar a trabalhar pelo crescimento do Estado do Rio de Janeiro e em prol de um Governo comprometido com a causa de seu povo.

Daquele dia 08 (oito) de janeiro de 1999 para cá, muita coisa mudou. Com alguma experiência a mais e alguns fios de cabelo a menos, certamente nem eu sou o mesmo. Já se disse que nenhum homem entra no mesmo rio duas vezes. Pois de todas as mudanças, aquela que neste momento mais me toca é a mudança trazida por uma ausência: há cinco anos atrás, sentado diante de mim na primeira fileira deste auditório, estava meu pai, Giovanni Conte. Sua ausência física na tarde de hoje, entretanto, é confortada pela sua enorme presença na minha lembrança e no meu coração.

Nesta virada de milênio, marcado pela globalização econômica, pelo excesso de competição e pela escassez de solidariedade, destaca-se, na paisagem, o estigma da desigualdade. Estados poderosos ditam as regras do comércio internacional em proveito próprio; manipulam o discurso dos direitos humanos de acordo com interesses circunstanciais; cobram dos países em desenvolvimento os comportamentos que não adotam. O fetiche da inserção internacional tem sujeitado homens, mulheres e crianças do mundo inteiro aos fluxos circunstanciais de capitais, como se todos os sonhos e projetos de vida e de felicidade fossem apostados em um cassino e dependessem de fatores aleatórios, sobre os quais os homens de bem não têm poder nem controle. Criou-se, cnicamente, uma ética das pessoas e uma ética das circunstâncias. A crise de valores ou a crise da civilização são notórias e inquietantes.

Em página memorável, o saudoso Darcy Ribeiro escreveu que:

“Nunca se viu, em outra parte, ricos tão capacitados para gerar e desfrutar riquezas, e para subjugar o povo faminto no trabalho como os nosso senhores empresários, doutores e comandantes. Quase sempre cordiais uns para com os outros, sempre duros e implacáveis para com subalternos, e insaciáveis na apropriação dos frutos do trabalho alheio. Eles tramam e retramam, há séculos, a malha estreita dentro da qual cresce, deformado, o povo brasileiro. Deformado e constringido e atrasado. E assim é, sabemos agora, porque só assim a velha classe pode manter, sem sobressaltos, este tipo de prosperidade de que ela desfruta, uma prosperidade jamais generalizável aos que a produzem com seu trabalho, mas uma prosperidade sempre suficiente para reproduzir, geração após geração, a riqueza, a distinção e a beleza de nosso ricos, suas mulheres e filhos”.

Senhoras e senhores: sabemos todos que os desafios adiante são múltiplos e complexos. Conhecemos todos o tamanho da dívida social que herdamos e as dramáticas conseqüências trazidas pela política econômica que, governo a governo, tem gerado apenas concentração de renda e multiplicação do desemprego, da fome e da miséria. Contra isso, quero dizer que ainda acredito no papel do Estado. Acredito que, no contexto do nosso capitalismo tardio e ainda cartorial, o Estado é chamado a cumprir a tarefa essencial de amparar os desvalidos, atender às necessidades que compõem o chamado “mínimo existencial”, como alimentação a custo simbólico, abrigo aos sem-teto, saúde básica aos necessitados e educação fundamental para crianças e jovens. Esta não é, Senhora Governadora, uma estratégia de um governo populista. Como indicam e recomendam os mais respeitados organismos internacionais, esta é, bem ao contrário, a tarefa primeira do Estado, qual seja, a de resgatar a *humanidade* dos seres humanos e, em seguida, a de transformar seres humanos em cidadãos.

A missão da Procuradoria Geral do Estado é a de atuar, com suas mentes e seus braços, para viabilizar juridicamente, dentro dos marcos constitucionais, as políticas públicas da Governadora democraticamente eleita. Reitero aqui que somos e sempre seremos parte da solução, nunca do problema. Seja no plano da consultoria jurídica, seja no da atuação contenciosa, a PGE cumprirá o seu papel de demover os obstáculos e contribuir, criativamente, para que os projetos de governo legítimos sejam implementados. Cuidaremos também de realizar a necessária *interface* do Governo com o Poder Judiciário, sempre com o intuito de promover a harmonia entre os Poderes e a comunhão de esforços em prol do melhor interesse da população.

Para tanto, teremos que investir na melhoria da estrutura e das

condições de trabalho da PGE. Realizaremos um amplo estudo, a ser conduzido por consultores da área de gestão de pessoas e processos, que resultará na reestruturação administrativa da Procuradoria. Alcançaremos a total informatização de nossos serviços internos e da dívida ativa, com ganhos comparativos para o Estado. Tenho a absoluta certeza de que, assim como sempre contei com o incondicional apoio do então Governador do Estado, Anthony Garotinho, contarei também, nas questões institucionais, com o mesmo apoio de D. Rosinha. Assim é que, nessa perspectiva, gostaria de assumir publicamente um compromisso com os servidores do Quadro de Apoio da PGE: no momento próprio, no tempo certo e adequado, a Governadora do Estado encaminhará, sob boa luz, para a Assembléia Legislativa, o Projeto de Lei com o Plano de Cargos e Salários do Quadro de Servidores da Procuradoria Geral do Estado, a fim de que esta Instituição possa cumprir, com grau de eficiência ainda maior, a sua missão constitucional e legal.

A Administração Pública existe sob fundamento e orientação constitucional, de modo que é possível perceber que toda mudança significativa de valores no seio da Administração representa um reflexo de mudança de valores da própria sociedade e de sua Constituição.

Basta lembrar da conhecida evolução da Administração Pública, que, de meramente patrimonialista, avançou para uma configuração burocrática e, hoje, busca consolidar-se como gerencial. No primeiro estágio, o interesse da Administração confundia-se com o interesse patrimonial do governante; no segundo, a idéia de controle administrativo foi fortalecida; e, no terceiro, a atenção é dirigida aos resultados e não apenas aos meios, vale dizer, um novo conceito de boa administração é introduzido: a observância da lei torna-se apenas o meio, jamais um fim em si mesmo, para a consecução de metas ou resultados de interesse público, passa a envolver, necessariamente, um compromisso com o resultado das políticas públicas do Governo – e, aqui, Senhora Governadora, o engajamento da PGE será radical, total e irrestrito.

O dever de eficiência, a bem da verdade, constitui um dos elementos definidores da própria moralidade administrativa, ao lado do dever de probidade e de boa-fé. A moral da Administração é, sob certo sentido, uma *moral de resultados*, utilizando a fina linguagem de Diogo de Figueiredo Moreira Neto.

Todo princípio jurídico constitui um mandado de otimização, isto é, uma ordem de que seja ele concretizado na maior extensão alcançável, observadas as limitações fáticas e jurídicas impostas pela reserva do possível.

A reserva do possível fática tem a ver com as forças do erário, diretamente relacionadas com a base material de riqueza produzida pela sociedade. O princípio da eficiência deve levar em conta, assim, o contexto em que se insere a ação administrativa e os limites financeiros que circunscrevem a busca dos melhores resultados com o menor volume possível de recursos. Neste aspecto, portanto, a eficiência não pode ser entendida como um conceito abstrato, mas como um mandado de economicidade concreto a orientar a

maximização do proveito com a minimização de custos dentro do orçamento existente.

No campo das atividades acadêmicas, o nosso Centro de Estudos Jurídicos e a Escola Superior de Advocacia Pública, instalada na minha primeira gestão, cumprirão o papel de fomentar o desenvolvimento da pesquisa nos temas que interessam à nossa atividade-fim, bem como na formação e reciclagem dos nossos quadros de Procuradores e funcionários. A realização de parcerias com outras instituições jurídicas e o intercâmbio com instituições estrangeiras enriquecerão a cultura jurídica do nosso Estado, trazendo benefícios que transcendem aos limites da própria Procuradoria.

Ortega Y Gasset, um dos mais importantes pensadores europeus modernos, observava que é "falso dividir os dias somente em dias de festa e dias de trabalho; festas e trabalho são formas espirituais de vida e só surgem em certas ocasiões; mas há outra classe de dias, menos freqüentes, porém mais importantes; aqueles em que nos concentramos em nós mesmos."

Pois bem, nesses dias em que concentramos nossa energia à maneira do exército quando resolve lutar, damos uma investida salvadora no horizonte e abrimos nele como que uma brecha. É preciso nos lançarmos a uma nova existência. Esses são os dias em que cada qual traça sua vida particular, em que cada um renasce por si mesmo, quando se sente com uma nova vida, digna e alegre, onde todos têm sua missão.

"Em certa época da arte italiana, são freqüentes os quadros que se intitulam *Santas conversações*. Neles há sempre uma Virgem com a qual conversam algumas pessoas. Não obstante o dinamismo do quadro, esses personagens não se olham e nem parecem ocupar-se uns com os outros; mas cada qual está absorto em si mesmo, e se acreditaria que, atendendo a sua própria inspiração, como na música de câmara onde não há regente, o executante se inclina sobre o seu instrumento, esperando que o deus da harmonia, por fidelidade a si mesmo, inspire as melodias aos demais e as congregue em um só acorde excelente."

Enfim, Senhora Governadora, desejo neste ato de posse reiterar o meu compromisso, e o da Procuradoria Geral do Estado, com a defesa intransigente dos interesses superiores do povo do Estado do Rio de Janeiro e do Governo que aquele democraticamente elegeu. A Procuradoria Geral do Estado, tenha a firme convicção, está pronta e a postos para cumprir a sua missão constitucional em defesa das políticas públicas do Governo que atendam à população fluminense.

A todos os Procuradores do Estado e funcionários, desejo dizer que as portas de meu gabinete continuarão abertas, como sempre estiveram, para o trato de qualquer assunto institucional. Continuarei sendo o que sempre fui: um servidor público que chega cedo, sai tarde e procura cumprir a sua missão com honestidade, correção e seriedade. Conto com cada um de vocês em mais esta jornada. E, senhoras e senhores, contem comigo.

Muito obrigado.